

PERFORMATIVIDADE, ASSUJEITAMENTO E SILENCIAMENTO DO “EU GAY”: REFLEXÕES ENTRE DOCÊNCIA E DIVERSIDADE SEXUAL¹

PERFORMATIVITY, SUBJECT AND SILENCE OF THE “GAY SELF”: REFLECTIONS BETWEEN TEACHING AND SEXUAL DIVERSITY

Jaílson Bonatti⁽¹⁾

⁽¹⁾Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapeco (Brasil)

E-mail: jailson.1bio@gmail.com

ID. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5098-8614>

Recibido: 16/10/2019

Aceptado: 27/11/2019

Publicado: 16/04/2020

RESUMO:

A discussão e possibilidade de inclusão da temática diversidade sexual na formação educacional irrompem na possibilidade de se pensar outras formas de desejos e intencionalidades relacionados à vivência da sexualidade, adquiridas enquanto uma (trans)formação cultural e social voltada ao construto de referenciais e metodologias próprias ao entendimento das diferenças de relações afetivos-sexuais no espaço formativo educacional. O objetivo deste ensaio científico se ambasa na necessidade de analisar de que forma a docência e diversidade sexual se articulam para construir e significar performances de gênero, e de como essa construção se aproxima ou influencia o fazer educativo no espaço da escola e da universidade. As reflexões que ressaltam neste artigo apontam que a escola em sua função de formação para cidadania, emancipação, direitos e deveres ainda não contornou o retrocesso do preconceito estrutural. Por isso, tanto a educação básica como superior descumprem em certa medida a transformação da realidade dos sujeitos que nelas se inserem.

Palavras-chave:

diversidade sexual; gênero; performatividade

Bonatti, J. (2020). Performatividade, assujeitamento e silenciamento do “eu gay”: reflexões entre docência e diversidade sexual. DEDiCA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 17, 2020, 115-132. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://dx.doi.org/10.30827/dreh.v0i17.11355>

ABSTRACT:

The discussion and possibility of including the sexual diversity theme in the educational formation emerges in the possibility of thinking about other forms of desires and intentionalities related to the experience of sexuality, acquired as a cultural and social (trans)formation focused on the construction of references and methodologies specific to understanding of differences of affective-sexual relations in the educational formative space. The aim of this scientific essay is both the need to analyze how teaching and sexual diversity are articulated to construct and signify gender performances, and how this construction approaches or influences the educational practice in the school and university space. The reflections that I emphasize in this article point out that the school in its function of formation for citizenship, emancipation, rights, and duties has not yet circumvented the backwardness of structural prejudice. For this reason, both basic and higher education do not fulfill to some extent the transformation of the reality of the subjects within it.

Keywords:

gender; performativity; sexual diversity

Introdução

A sociedade contemporânea é caracterizada por uma presença constante de interfaces comunicativas e possibilidades diversificadas de informações, que mudam constantemente, configurando nesse contexto uma forma distinta para se (re)pensar questões culturais, sociais, políticas e econômicas. Observa-se que as culturas, as dinâmicas sociais e as próprias representações políticas cresceram e se desenvolveram sob o manto desse processo, e com elas também surgiram grandes dilemas, bem como reflexões relativas à formação humana e técnica dos profissionais na sociedade. Através disso, percursos investigativos, traçados por necessidades humanas contemporâneas, tem focado, principalmente na área da formação institucional, nesse caso em específico a profissionalização docente, diálogos e atitudes de valorização da educação enquanto soberania do estado e projeto desenvolvimentista, sobretudo quando se fala na formação como movimento de profissionalização e mudança necessária na educação (Saviani, 2009; Tardiff, 2013 a;b).

Bonatti, J. (2020). Performatividade, assujeitamento e silenciamento do “eu gay”: reflexões entre docência e diversidade sexual. DEDiCA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 17, 2020, 115-132. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://dx.doi.org/10.30827/dreh.v0i17.11355>

Neste sentido, um dos objetivos da formação inicial dos professores seria fornecer subsídios teóricos e metodológicos, aquilo que cabe entre o específico e o pedagógico, aos futuros profissionais da educação (Canan, 2009; Saviani, 2009). Observa-se também que a realidade institucional de espaços formativos, tanto escolas [ensino básico] como universidades [ensino superior], não podem ser concebidos com lugares estáticos, e de normalização de práticas, mas espaços para o reconhecimento da emancipação, das insurgências/ausências e da transitoriedade de sujeitos e de práticas (Flores, 2010; Saviani, 2015).

Acerca desse pensamento, a transformação constante da sociedade, bem como dos fazeres e funções da escola, a qual assumiu interesses em funções corporativistas e clientelistas, faz com que nos últimos anos a formação de professores fosse objeto de interesse de investigações, sobretudo no âmbito das exigências das políticas educacionais (Barroso, 2005; Saviani, 2008; Saviani, 2011; Saviani, 2015; Dourado, 2016; Saviani, 2017). Assim, a preocupação da educação tem sido a de prover capacitação e orientação fundamentais, para que todos os profissionais, independentemente de sua área de atuação, lidem com os movimentos de mudanças e garantam o direito público de uma educação emancipatória e libertadora da opressão e da violação dos direitos básicos das pessoas, tornando o ato educativo um movimento de superação e correção do intento da marginalidade contra sujeitos periféricos vítimas das desigualdades históricas (Saviani, 1982; Saviani, 2011).

Com base no exposto, um contexto muito peculiar tem surgido e solicitado inclusão no âmbito das discussões acerca da formação inicial de professores, é a diversidade sexual. A discussão e possibilidade de inclusão dessa temática na formação educacional irrompem na possibilidade de se pensar outras formas de desejos e intencionalidades relacionados à vivência da sexualidade, adquiridas enquanto uma (trans)formação cultural e social voltada ao construto de referenciais e metodologias próprias ao entendimento das diferenças de relações afetivos-sexuais no espaço formativo educacional, seja ele básico ou superior (Darsie e Saraiva, 2016).

Uma temática como a diversidade sexual não está diretamente refletida nos currículos escolares básicos, quicá pensar

nos currículos de formação superior (Altmann, 2013). Quando em muitos casos o que se tem observado a nível nacional é a incipiente abordagem dessa temática, seja em palestras sobre Educação sexual ou em cursos de formação continuada sobre questões relativas à sexualidade. Isso de certo modo não reflete e nem traduz a importância da temática no âmbito da formação humana.

No Brasil existem importantes documentos que orientam o trabalho e a formação educacional para como e onde tratar de temáticas relevantes como é o caso da sexualidade, como por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais, onde a orientação sexual é colocada como tema transversal de ensino; as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, onde o termo diversidade sexual aparece sutilmente; as Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação Inicial em Nível Superior, onde a temática também aparece timidamente.

Outros documentos, entre eles o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos aprovado no ano de 2003, reforça os compromissos assumidos por mais de 58 países, entre eles o Brasil, que assinaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos no ano de 1948. Quando se sinaliza esse plano é preciso compreender que um grande número da comunidade LGBTQI+, entendida como diversidade sexual, ainda é margeada pela violência e muitos casos relatados de mortes, colocando o Brasil no primeiro lugar da violação mundial dos Direitos Humanos da diversidade sexual. Desse modo, a educação em Direitos Humanos é essencial para constituir uma nação que valorize espaços de formação para uma cultura de paz e de convivência com todos os tipos de identidades.

Ainda elucidando essa tímida inclusão da temática no cenário da formação de professores, compreende-se que o tema gera formas de significação que são diretamente relacionadas a nichos sociais (por exemplo, a comunidade LGBTQI+), uma vez que a discussão em torno da diversidade sexual busca defender diferentes formas de viver a sexualidade tanto de orientações como de identidades, as quais fogem a norma heterossexista (Coelho e Campos, 2015). Apesar disso, observa-se ainda que a temática em questão possui uma invisibilidade epistêmica no âmbito das instituições escolares, tratando-se de uma omissão construída de

modo intencional a fim de encobrir a expressão da diversidade sexual (Méndez-Tapia, 2017).

Com estas motivações, realizo neste ensaio científico, a partir de discursos e narrativas, um relato de experiência que se origina a partir de minha prática docente na disciplina de Ciências em duas escolas de ensino fundamental da Rede Municipal de Educação Básica do Município de Frederico Westphalen, cidade localizado no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Assim como, aproximo a realidade das escolas com minhas vivências na educação superior.

A escolha por aproximar as discussões teóricas desta pesquisa com o que venho ouvindo, falando e fazendo no contexto do qual faço parte e também do qual me constituo, perfaz minhas vivências entre ser educador e comprometido com a consolidação de uma formação humana, subsidiada na perspectiva de emancipação e transformação social daqueles que comigo trilham este caminho.

Tendo em mente essas elucidações, o objetivo deste ensaio científico se ambasa na necessidade de analisar de que forma a docência e diversidade sexual se articulam para construir e significar performances de gênero, e de como essa construção se aproxima ou influencia o fazer educativo do professor no espaço da escola e da universidade.

A reflexão elaborada neste texto tem como fonte metodológica de pesquisa a narrativa autobiográfica, visto que «Diversas são as possibilidades de registro da autonarrativa no qual são registrados os fatos como observados, assim como os sentimentos, as reações, os preconceitos, ou seja, são registrados tanto os aspectos cognitivos quanto afetivo-sociais» (Marques e Satriano, 2017, p. 378).

A ferramenta autonarrativa ou autobiográfica, de que vale-se o pesquisador, ressalta pontes essenciais de ligação com os fenômenos exteriores que acontecem na realidade social, cultural e histórica, assim como, liga-se com a subjetividade de quem narra os fatos acontecidos, passando o mundo inteligível do autor e interlocutor a encontrarem-se em pontos de reconhecimento de certas narrativas, como por exemplo, uma determinada realidade educacional.

Destaco também que, as experiências das quais detive como norte da práxis educativa enquanto educador assinalam o assujeitamento de minha identidade e o silenciamento daquilo que não posso dizer. Neste sentido, no próximo tópico trago uma discussão pós-estruturalista, tendo como referência a filósofa Judith Butler, onde com ela analiso e reflito a categoria “performatividade”, a fim de aproximar as discussões elaboradas até aqui sobre diversidade sexual, docência e atuação na educação básica.

Pensando a educação na escola e na universidade: reflexões sobre a performatividade

Estar em um espaço de (trans)formação, a escola, é colocar-se diante de uma muralha de ordens, regras e padrões de comportamentos acordados pelos que ali elaboram e negociam suas funções. Por isso, ser “gay” e de classe menos privilegiada reflete a marginalização, isto é, estar à margem de todas as convenções do espaço da escola. Mas penso que por eu ser homossexual, e assumir esta identidade para amigos e familiares me conforta. No entanto, estar na escola é preciso que eu assujeite minha expressão e silencie minha identidade, pois com o receio de quebrar as convenções e as relações já estabelecidas, enchem-me de medos e incertezas. Escolho ainda reprimir minha condição, aceitando-a naqueles momentos dos quais me realizo enquanto educador, também ressalvo que o amor e o cuidado pelo qual prezo em meus ensinamentos e aprendizagens me mantém seguro diante da repressão que enfrento todos os dias.

A escola possui uma rede imensa de negociações, entre elas, percebo que meus colegas, diante de questionamentos sobre sexualidades e gênero, repercutem muitos dos preconceitos e discriminações que sofri ao longo do meu tempo de escola e suspendem entre eles essas convenções, de modo que naturalizam esse discurso e encobrem os reais problemas. Ainda percebo que a escola em sua função de formação para cidadania, emancipação, direitos e deveres não contornou o retrocesso do preconceito estrutural, retificado a cada palavra, ação e atitude daqueles que deveriam ser os agentes transformadores naquele espaço: os professores. Assim, a escola descumpre seu papel de

transformação da realidade dos sujeitos que nela se inserem, tanto educadores como educandos e demais funcionários, e por tal, ela segue estruturando categorias de discriminação, preconceitos e violências contra àqueles que contornam as normalidades impostas por um padrão de comportamento sexual opressor.

Reitero que ser professor e gay, e também assujeitar e negar minha identidade homossexual, em vista de evitar conflitos e deslocamentos, coloco que essa condição se aproxima na teoria da performatividade elaborada por Judith Butler (2018). No entendimento dela existem duas concepções de construção de gênero, a primeira chamada de performance, e que é momentânea e superficial, ou seja, quando o sujeito decide de algum modo optar pela transição de signos em torno da sexualidade que lhe é designada e outra que não lhe é; a outra é denominada de performatividade, e que é contínua, isto é, está sempre a se constituir com o sujeito assim que ele negar a nota compulsória que lhe designa a heterossexualidade (macho/fêmea, masculino/feminino, homem/mulher).

Desse modo, minha constituição genérica, aquilo que construo em ato momentaneamente e como “performance” de um gênero masculino, está atuando para concordar com a compulsividade heterossexual existente no espaço da escola, permite assim que eu esteja em diálogo com a normalidade imposta pela heterossexualidade. Em torno desse ato performativo a autora nos explica que «A construção dos contornos corporais estáveis repousa sobre lugares fixos de permeabilidade e impermeabilidade corporais. As práticas sexuais que abrem ou fecham superfícies ou orifícios à significação erótica em ambos os contextos, homossexual e heterossexual, reinscrevem afetivamente as fronteiras do corpo em conformidade com novas linhas culturais» (Butler, 2018, p. 229).

A autora nos revela então que nosso corpo não é um objeto imutável, assim como nosso gênero não é algo natural, isto é, que nasce conosco, mas um contorno daquilo que nele e com ele projetamos nos outros, perpassado e construído por fronteiras maleáveis de comportamentos e práticas identitárias performáticas.

Por assim dizer, reforço que nossas escolas, assim como as universidades ainda operam dentro da compulsividade heterossexual para reprimir àqueles que buscam negar essa

normalidade imposta e, portanto, percebemos notoriamente que a escola e sua “pedagogia” reforçam tabus e consolidam um padrão de aceitabilidades apenas de acordo com a matriz heterossexual. Por isso, observo uma tímida necessidade em ressignificar estes espaços, e entender que neles existem sujeitos com performances e jogos performativos que se encontram e desencontram com a matriz heterossexual, portanto, estão em constantes atos nas construções e significações discursivas em torno das identidades de gênero e sexualidades, logo «Em outras palavras, atos, gestos e desejos produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos» (Butler, 2018, p. 235).

Assim, tendo ao lado a performatividade explicada por Judith Butler reivindico minha condição de ser performativo, quando assinalo que meu assujeitamento sexual e de gênero se (re)elaboram para “concordar” com a normalidade imposta por valores e regras de comportamentos em torno do gênero e da sexualidade. No entendimento de Salih «[...] Butler argumenta que a identidade de gênero é uma sequência de atos, mas ela também argumenta que não existe um ator (um performer) preexistente que pratica esses atos, que não existe nenhum fazedor por trás do feito. Ele esboça aqui uma distinção entre performance (que pressupõe a existência de um sujeito) e performatividade (que não o faz)» (Salih, 2018, p. 66).

Quando Butler (2018) nos convida a pensar na identidade de gênero como uma “performance” ou prática em ato, percebo que conviver diariamente com o assujeitamento e negação de minha prática identitária é reconhecer e vivenciar na carne todo o preconceito e discriminação, que apesar de serem silenciados das vozes, são ditos pelos corpos em suas atitudes e comportamentos. Observo essa realidade quando me defronto nas salas de aulas da universidade, onde por convenção assumo minha identidade

homossexual e realizo performance de meu gênero gay, com isso percebo claramente o distanciamento do que tenho sido preparado para trabalhar em sala de aula, pois professores (in)certos de suas compreensões acerca da sexualidade e gênero preferem não discutir ou abordar tais temáticas. Quando em alguns casos as aulas de ciências no ensino superior apenas abordam a sexualidade e gênero apenas do ponto de vista biológico, sem considerar discussões e torno de fatores sociais, culturais e históricos que envolvem tal abordagem, por exemplo, a representatividade e existência da comunidade LGBTQI+. Ademais, certos de que sou um sujeito gay/viado alguns professores externalizam, em suas atitudes e comportamentos, a indiferença e negação da minha existência naquele espaço.

A partir dessa perspectiva solicito um olhar atento para esses dispositivos, que notadamente regulam e fiscalizam gênero e sexualidades, e que impõem uma roupagem de comportamentos de acordo com identidades genéricas pré-estabelecidas e que se lançam sobre o espaço acadêmico, reverberando futuramente nas salas de aulas da educação básica.

Ao criticar a imposição determinista da biologia Andrade (2012) coloca: «[...] as relações sexuais, o coito, a fecundação, a gravidez e o parto são apenas o engatinhar da vida, não são a vida completa, são apenas os primeiros passos, o troféu e o pódio, são a linha de partida e não o caminho ou a linha de chegada. O percurso e a forma de caminhar são construídos por antecipação, os treinadores vão incutindo na cabeça dos corredores um ideal de corrida e a torcida cobra que esse ideal seja cumprido. Mas no meio do caminho a farda pode ser rasgada e o fardo (da obrigação) pode ser ignorado, o percurso pode perder o curso e a vida pode mudar de direção» (Andrade, 2012, p. 112).

Em meu ver, quando a autora coloca a expressão “treinadores”, entendo-os na minha leitura de que se trata dos dispositivos que, tanto família como escola, transmitem na formação dos sujeitos, e por assim dizer, seguimos “treinados” para conceber padrões binários e deterministas de sexualidade em nossas práticas e vivências. A respeito disso a autora segue constatando «É assim que acontece no jogo das comparações e na armadilha do binarismo extremista. Quando as pessoas são convidadas a

classificar os costumes sexuais que se encontram à margem, elas o fazem, inicialmente, por analogia, comparando com o sistema normativo socialmente aceito, e por simplificação utilizando aspectos dessa sociabilidade para disseminar generalizações, criando estereótipos e clichês que podem ser usados para classificar os outros» (Andrade, 2012, p. 119).

Desse modo, é necessário pautar, que identidades de gêneros existentes à margem da matriz heterossexual sejam problematizadas como formas transgressoras de normas opressivas de sexualidades e gênero. Isso apenas se concretizará quando em nossas práticas deixarmos de lado tabus e preconceitos construídos pelo nosso estranhamento com o outro que não é apenas diferente, mas um sujeito que merece reconhecimento.

Ademais, necessitamos renegociar nossas projeções políticas, sociais e culturais, assumindo nesse processo posturas sincréticas, que estejam fundamentalmente abertas ao encontro das diferenças e de outras visões de mundo. Explicitar o distanciamento entre o singular e o diverso marcam uma ruptura entre concepções arraigadas de ensino e aprendizagem, para o surgimento de uma educação voltada à valorização da diversidade de vivências sexuais, pois conforme Foucault (1988) a sexualidade também é um dispositivo político e, portanto, não distante da educação que também é política. Assim, é importante salientar que o gênero e sexualidade não sejam situações de exclusão e silenciamento de nossas práticas educativas, muito menos da negação de nossas performances enquanto agentes-atores sociais, políticos e culturais no espaço acadêmico.

Vale ressaltar que a autora Salih (2018) ao realizar uma análise das discussões teóricas de Butler, reitera que: «[...] Butler se afasta da suposição comum de que sexo, gênero e sexualidade existem numa relação necessariamente mútua, de modo que se, por exemplo, alguém é biologicamente fêmea, espera-se que exiba traços femininos (num mundo heteronormativo, isto é, num mundo no qual a heterossexualidade é considerada a norma) tenha desejos por homens» (Salih, 2018, p. 67).

Nos contornos dessas possibilidades reflito com Butler (2018) de que a constituição binária dos corpos, desde um viés marcadamente político, social e cultural – subsidiado na perspectiva

de que existe uma norma e de que ela é constituída pelo poder de uma sexualidade hegemônica – reestabelece fronteiras e práticas de comportamento que sinalizam a permanência representativa de uma conformidade de gênero (homem ou mulher), dissolvendo-se assim qualquer outra possibilidade existencial de gêneros e sexualidades transgressoras. Assim, nas palavras da autora, decorrendo a sinalização do questionamento sobre tais representatividades conformativas de gênero, o sujeito se vê diante de um deslocamento daquilo que ele produz internamente e evidencia externamente, e por isso “[...] em outras palavras é possível ser uma fêmea masculina ou um macho feminino” (Salih, 2018, p. 67). Desse modo, compreendo que a identidade de gênero se molda de acordo com vigências biológicas, sociais e culturais, Butler pondera que: «Se o “mundo interno” já não designa mais um topos, então a fixidez interna do eu e, a rigor, o local interno da identidade do gênero se tornam semelhantemente suspeitos. A questão crucial não é como essa identidade foi internalizada [...] Em vez disso, a pergunta é: de que posição estratégica no discurso público e porque razões se afirmaram o tropo da interioridade e binário disjuntivo interno/externo?» (Butler, 2018, p. 232).

A partir dessa citação é importante apontar que identidade de gênero se refere a como o sujeito se identifica, socialmente e culturalmente, dentro de uma matriz histórica de imposição de normalidades a respeito da sexualidade determinista (masculino/feminino). Também ressalto que a vivência dentro do questionamento de minha posição de gênero, coloca-me em um lugar de constante remodelação e transição do “eu” enquanto agente articulador do processo educativo. Estar nesse constante transitar do “eu” interno para o “eu” externo, é entender que o eu “gay” se estabelece para mim como uma ordem de gênero, e do qual por motivos oriundos de convenções sociais, necessito internalizar e silenciar quando reconheço a existência do discurso repressivo no meu espaço de sala de aula. Essa internalização e silenciamento de que falo vão de encontro ao que Butler (2018) diz ser o “tropo da interioridade”, que é quando o sujeito se vê diante da deslocação daquilo que o significa momentaneamente para um lugar onde, convencionalmente, ele irá assumir a posição que lhe assenta dentro da inteligibilidade heterossexual.

Diante dos padrões vigentes no espaço da escola e de dizer das universidades, sobre o controle dos corpos políticos, aparentar um comportamento considerado tabu, como a homossexualidade, é contrapor-se a inteligibilidade compulsória reiterada discursivamente pela matriz (in)coerente e inteligível heterossexualidade.

Trago nas palavras da autora que: «A construção da coerência oculta as descontinuidades do gênero, que grassam nos contextos heterossexuais, bissexuais, gays e lésbicos, nos quais o gênero não decorre necessariamente do sexo, e o desejo, ou a sexualidade em geral, não parece decorrer do gênero [...] Quando a desorganização e desagregação do campo dos corpos rompe a ficção reguladora da coerência heterossexual, parece que o modelo expressivo perde sua força descritiva» (Butler, 2018, p. 234).

Desse modo, entendo que desorganizar matrizes inteligíveis em torno da compulsividade do comportamento heterossexual é contravir a existência de outros planos de significação e, conseqüentemente de interioridade e exterioridade da sexualidade. Já que o gênero não condiz fundamentalmente com o sexo e nem este com o outro, eu rescindo a ideia de que nossas convenções de gênero, a partir de Judith Bulter (2018), ressignificam a materialidade do poder discursivo que se exerce desde e sobre os corpos marcados por tais padrões hegemônicos de sexualidade heterossexual.

Entender então que, existe uma matriz que reforça constantemente o controle psicossocial sobre os corpos, evidentemente, é preciso legitimar ou pensar sobre a existência da periferia, e nela estão alocadas as demais sexualidades e gêneros não legitimados pela convenção dos discursos de poder da heterossexualidade.

Por esse motivo, assinalo que nossas práticas e ensinamentos diários como educadores devem voltar-se para essas reflexões, para que de algum modo possamos reconhecer a existência da periferia como lócus de transição de materialidades discursivas de poder diante da compulsividade² comportamental da heterossexualidade. De modo mais incisivo, precisamos olhar também para nossos dispositivos que marcam a inserção de nossa – integrantes da comunidade LGBTQI+ – atuação política e social transgressora nos espaços institucionais (refiro-me às políticas

públicas), e de neles percebermos as regras de funcionalidades impostas pela reiteração compulsória de comportamentos e vivências, exclusivamente assentadas na matriz heterossexual.

Por outro lado, justifico que existem identidades que se legitimam fora dessa hegemonia reiterada de comportamentos da heterossexualidade, e que andam à margem dos dispositivos de regulação e fiscalização. Por isso, reconheço a (re)existência de vivências, enfrentamentos e (re)produções de sujeitos educadorxs “viados”, lésbicxs, trans e travestis no espaço das escolas e também das universidades, e que encenam a performance ou ato a que Judith Butler se referia. No entanto, convém destacar que esses exemplos estão entre os mais insurgentes em um contexto onde ainda existe a discriminação de pessoas que fogem às morais determinadas da sexualidade aceita.

Dessa forma, posso afirmar que ao (re)existir em silêncio no espaço da sala de aula, de onde resido momentaneamente, é uma forma de resistência contra qualquer dissimulação da compulsividade reiterada da heterossexualidade. Mas, negar-me³ e interiorizar minha identidade sem poder assumi-la, notadamente me calo para não contrapor diante dos julgamentos que podem me ferir.

Por isso, estar na escola enquanto postura de silêncio – que não se cala em si, mas grita vivamente – e na universidade como resistência que luta e persiste para ressignificar minha legitimidade identitária, marcam meu silenciamento, assujeitamento e performatividade daquilo que sou, um sujeito homossexual – “sujeito gay”. Marcada essa categoria, trago Judith Butler (2018) para contextualizar e ressignificar essa minha condição, de que meu gênero em diferentes espaços é significado pelo ato do sujeito o “eu” que inscreve sua condição genérica. Assim, a autora questiona e responde: «Assim, em que sentidos o gênero é um ato? Como em outros dramas sociais rituais, a ação do gênero requer uma performance repetida. Essa repetição é a um só tempo de reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana ritualizada de sua legitimação» (Butler, 2018).

A reencenação citada pela autora, refere-se ao que ela chamou em outro trecho de “repetição estilizada de atos” em torno das significações de gênero (Butler, 2018, p. 242), e ao afirmar isso

o gênero no entendimento dela perfaz-se através da reconstrução constante de estéticas diferenciadas de entendimento da “performance” que opera entre a tríade sexo – sexualidade – gênero. Desse modo, entendo então que a “performance” a que se referia a autora, traduz-se para àqueles sujeitos que diariamente necessitam transitar por entre significações de gênero e construções de outras sexualidades contra hegemônicas. Falar sobre essa questão implica reconhecer-me, dentro da escola e da universidade, como um sujeito de constante (re)transição entre aquilo que desejo ser de acordo com minha sexualidade, e do que apresento como gênero social aos demais (externo), e o que isso significa a mim (interno).

Também entendo que alguns discursos e prática são excludentes, no entendimento de Salih «Um dos discursos excludentes que Butler analisa é o da ciência [...]. Uma razoável porcentagem de dez por cento da população tem variações cromossômicas que não se encaixam exatamente nos conjuntos de categorias XX-fêmea e XY-macho, afirma Butler, um fato que a leva a sugerir que os binarismo sexo/gênero existentes são inadequados para descrever e categorizar corpos indeterminados» (Salih, 2018, p. 88).

Por esse motivo, ser um professor gay em um espaço onde é marcado pela negação do outro diferente da convenção heterossexual, ressignifica minha identidade que por um lado está silenciada das práticas e diálogos com outros colegas e que ora está dentro de mim operando por entre a responsabilidade e compromisso de transformação e emancipação social.

Sendo assim, afirmo que a escola e a universidade ainda se constituem como espaços opressores e normalizadores de práticas sexuais identitárias não assentadas na inteligibilidade heterossexual. Nesses espaços observo dispositivos, discursos e narrativas que repercutem na perpetuação do silenciamento, negação e distanciamento de identidades transgressoras, em vista de que tais locais se legitimam padrões de comportamentos hegemônicos de caráter machistas, racistas, misóginos e LGBTQI+fóbicos. Portanto, longe de promover a emancipação social e transformação da realidade dos sujeitos, percebo que tais normalidades e

assujeitamentos são internalizadas como comportamentos comuns entre educadores, bem como entre os estudantes.

Considerações finais

Algumas reflexões ainda preludiam o exposto até aqui, como por exemplo, as imposições de discursos heteronormativos, no espaço da escola e da universidade, que funcionam como dispositivos de silenciamento, assujeitamento e negação de identidades. Desse modo, gostaria de apontar alguns questionamentos: dados os referenciais empíricos, porque as políticas públicas de educação não estão atendendo questões relativas às diversidades sexuais e se estão atendendo porque ainda há tantas práticas negadas e silenciadas? Onde está o problema? Na efetivação e ampliação de políticas públicas eficientes para o atendimento da diversidade sexual? Na produção e divulgação de conhecimentos, valores e atitudes e na promoção de uma cultura de paz sobre a convivência com as diferenças? Ou na carência de discussão sobre a diversidade sexual no currículo da formação de educadores nas instituições de ensino superior e no próprio espaço das escolas?

Com isso, as reflexões discutidas neste ensaio científico sinalizam que o estado brasileiro, através da elaboração, organização e regulação das políticas públicas educacionais, deveria priorizar uma formação humanitária, consolidada nos ideais democráticos de inclusão e convivência respeitosa com as diferenças. Torna-se imprescindível que essas políticas, figuradas pela exigência da população, através da representação do estado, e margeadas pela efetivação prática, atendam aos princípios básicos da minoria a que são direcionadas, neste caso em específico: as minorias sexuais, denominadas aqui como diversidade sexual ou LGBTQI+. Entendendo também que um olhar sobre a formação inicial de professores em diversidade sexual poderia ser o primeiro passo para a problematização teórica e prática, a fim de buscar meios e respostas afirmativas para a resolução destes problemas no âmbito educacional.

Por fim, as negações e as imposições históricas de silenciamento e exclusões das diversidades sexuais no contexto

brasileiro, coloca-nos na responsabilidade de acordar entre nós educadores, que o momento agora é de que devemos nos unir e comemorarmos nossa diversidade. Precisamos reforçar, por meio do diálogo, as vias democráticas, emancipatórias e libertárias no Brasil, as quais vêm sofrendo constantes ataques covardes e obscurantistas de um governo e, principalmente de seu chefe de Estado, que não compreendem o direito à liberdade de expressão e que não respeitam as minorias de nosso país. Ainda seguimos violentados e invisibilizados de todas as formas, e apenas a união e (re)existência constante estarão ao nosso lado, pois a revolução não se fará sem luta e resistência. As diversidades precisam andar de mãos dadas, e “ninguém soltar a mão de ninguém”, pois juntos mostraremos a essa sociedade retrógrada a assentada em fundamentalismos morais e religiosos ultrapassados, de que existimos e resistiremos diante dos discursos de indiferença e ódio, e diremos não a qualquer forma de repressão que oprime o direito essencial de existência da diversidade humana.

Referências

Altmann, H. (2013). Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, 13, 69-82.

Andrade, L. N. de. (2012). *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Tese (doutorado) Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza.

Barroso, J. (2005). O estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação e Sociologia*, 26(92), 725-751.

Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Canan, S. R. (2009). *Diretrizes nacionais para a formação de professores da educação básica: tensões e limites entre o específico e o pedagógico*. Tese (doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em Educação. São Leopoldo.

Coelho, L. J.; Campos, L. M. L. (2015). Diversidade sexual e ensino de ciências: buscando sentidos. *Ciência Educacional*, 21(4), 893-910.

Darsie, C.; Saraiva, E. S. (2016). Gênero e diversidade sexual na educação. *Reflexão e Ação*, 24(1). Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/issue/view/327/showToc>>. Acesso em: 20 de ago. de 2018.

Bonatti, J. (2020). *Performatividade, assujeitamento e silenciamento do “eu gay”: reflexões entre docência e diversidade sexual*. DEDiCA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 17, 2020, 115-132. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://dx.doi.org/10.30827/dreh.v0i17.11355>

Dourado, L. F. (2016). Formação de profissionais do magistério da educação básica: novas diretrizes e perspectivas. *Comunicação & Educação*, XXI, 1, 27-39.

Foucault, M. (1988). *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Flores, M. A. (2010). Algumas reflexões em torno da formação inicial de professores. *Educação*, 33(3), 182-188.

Marques, V.; Satriano, C. (2017). Narrativa autobiográfica do próprio pesquisador como fonte e ferramenta de pesquisa. *Linhas Críticas*, 23(51), 369-386.

Méndez-Tapia, M. (2017). Reflexiones críticas sobre homofobia, educación y diversidad sexual. *Educación & Realidade*, 42(2), 673-686.

Salih, S. (2018). *Judith Butler e a Teoria Queer*. 1.ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Saviani, D. (1982). Teorias da educação o problema da marginalidade na América Latina. *Cadernos de Pesquisas*, 42, 8-18.

Saviani, D. (2008). Política educacional brasileira: limites e perspectivas. *Revista de Educação*, 24, 7-16.

Saviani, D. (2009). Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, 14(40), 143-155.

Saviani, D. (2011) Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas. *Póesis Pedagógica*, 9(1), 7-19.

Saviani, D. (2011). O direito à educação e a inversão de sentido da política educacional. *Revista Profissão Docente*, 11(23), 45-58.

Saviani, D. (2015). Sobre a natureza e especificidade da educação. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 7(1), 286-293.

Saviani, D. (2017). Epistemologias da política educacional: algumas precisões conceituais. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, 2, 1-5.

Tardiff, M. (2013). El oficio docente en la actualidad: perspectivas internacionales y desafíos a futuro. In M. Poggi (org.), *Políticas docentes: formación, trabajo y desarrollo profesional* (pp. 19-44). 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación.

Tardiff, M. (2013). A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. *Educação & Sociedade*, 34(123), 551-571.

Tardiff, M.; Moscoso, J. N. (2018). La noción de “profesional reflexivo” en educación: actualidad, usos y límites. *Cadernos de Pesquisa*, 48(168), 388-411.

Bonatti, J. (2020). *Performatividade, assujeitamento e silenciamento do “eu gay”: reflexões entre docência e diversidade sexual*. DEDiCA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 17, 2020, 115-132. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://dx.doi.org/10.30827/dreh.v0i17.11355>

Para saber más de este autor...**Jaílson Bonatti**

Acadêmico do Mestrado Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapeco), Santa Catarina, Brasil. Bolsista do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Superior (PROSUC) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil. Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2019). Membro do Grupo de Pesquisa Desigualdades sociais, diversidades socioculturais e práticas educativas (Unochapeco), atuando na linha de pesquisa Educação, diversidades socioculturais e organizações sociais.

Como citar este artículo

Bonatti, J. (2020). Performatividade, assujeitamento e silenciamento do “eu gay”: reflexões entre docência e diversidade sexual. *DEDiCA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES*, 17, 115-132.

DOI: <http://dx.doi.org/10.30827/dreh.v0i17.11355>

¹ O presente artigo não está organizado em Introdução, Método, Resultados e Discussão, conforme estabelecido nas normas da revista. Porém, justifico que a utilização de outra apresentação do texto se deve a especificidade do mesmo se caracterizar como um ensaio científico. Visto que esta escrita também nasce de um capítulo de meu trabalho de conclusão de curso, defendido no segundo semestre do ano de 2018 como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas, e como sugestão da banca de defesa, optou-se pela produção de um ensaio científico para publicação em revista especializada na área de educação.

² Nas palavras de Salih (2018, p. 71) “[...] Butler descarta a ideia de que o gênero ou o sexo seja uma substância permanente, argumentando que uma cultura heterossexual e heterossexista estabelece a coerência dessas categorias para perpetuar e manter o que a poeta e crítica feminista Adrienne Rich chamou de heterossexualidade compulsória – a ordem dominante pela qual os homens e as mulheres se veem solicitados ou forçados a ser heterossexuais. Butler declara que as identidades de gênero que não se conformam ao sistema da heterossexualidade compulsória e naturalizada mostram como as normas de gênero são socialmente instituídas e mantidas.”

³ Julgo importante frisar os relatos abordados nesta seção são alusivos a uma sexualidade assumida a posteriori, isto é, o eu que assume a postura de um sujeito gay perpassou por uma vivência infantil e adolescente negando os desejos e a própria sexualidade, construindo por cima uma roupa que não se adequava com minhas reais necessidades. Por isso hoje, vejo-me na responsabilidade de retratar e problematizar essa condição de modo a denunciar as exclusões, silenciamentos e preconceitos pelos quais vivi durante toda minha vida – reiterando que até hoje sigo lutando para fugir dessa negação imposta pela sociedade.

Bonatti, J. (2020). Performatividade, assujeitamento e silenciamento do “eu gay”: reflexões entre docência e diversidade sexual. DEDiCA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 17, 2020, 115-132. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://dx.doi.org/10.30827/dreh.v0i17.11355>